

**ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA – CIMGC**

**02 de outubro de 2017, 2ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações, Bloco E, Sala dos Conselhos
Início 14h45min Término: 16h30min**

Membros Participantes

Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
Ana Luiza O. Champloni – Ministério da Fazenda
Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura
Fabiano Chaves – Ministério do Planejamento
Fernanda Barbosa – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Fernando Araldi – Ministério das Cidades
Luiz de Andrade Filho – Ministério das Relações Exteriores
Luiz Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Outros Participantes

Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assuntos abordados:

1. Solicitação de inversão de pauta

A representante do Ministério da Fazenda solicitou que se realizasse a deliberação do item 3 da agenda antes do item 2, uma vez que ela teria considerações a fazer sobre o assunto e precisaria sair da reunião antes do seu término devido a outros compromissos agendados. A solicitação foi acatada.

2. Aprovação da Ata da 100ª reunião ordinária da CIMGC.

Os membros presentes aprovaram a ata na forma apresentada.

3. Informações do Ministério da Fazenda para subsidiar a deliberação da CIMGC a respeito de Critério de enquadramento em atividades de projeto de florestamento e reflorestamento de pequena escala, no que se refere à definição de comunidades de baixa renda (Art.3º da Resolução nº 3, da CIMGC, de 24/03/2006).

O representante do MCTIC fez um breve resumo sobre a discussão desse assunto ocorrida na reunião anterior (100ª) passando, em seguida, a palavra à representante do Ministério da Fazenda que havia realizado levantamento de dados referentes a projetos de

florestamento/reflorestamento financiados pelo PRONAF. As seguintes informações foram relatadas aos membros presentes:

- segundo informações do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central (SICOR), na Safra 2016/2017 foram realizadas 200 operações de crédito, totalizando R\$ 3,6 milhões, na linha Pronaf Floresta e 774 operações de crédito, totalizando R\$ 12,3 milhões, em todas as linhas do Pronaf.
- As condições para ser considerado apto ao PRONAF estão determinadas no Art. 3 da Lei 11.326/2006, conforme apresentado a seguir:

*“Para efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, **simultaneamente**, aos seguintes requisitos:*

I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III. tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

- Definição de família de baixa renda utilizada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal:

Art. 4º do Decreto 6135/2007 – Para fins deste Decreto, adotam-se as seguintes definições:

I. família: unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

II. família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar per capita de até meio salário mínimo; ou

b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Durante a discussão desse assunto, o representante do MMA esclareceu que a demanda surgiu por parte dos produtores de carvão vegetal para abastecimento de siderúrgicas (siderurgia sustentável) na região de Minas Gerais; o representante do MAPA sugeriu que a Comissão convidasse profissional da área de florestas para subsidiar as discussões da CIMGC; e o representante do MCTIC alertou para o fato de se considerar também, a definição de atividades de projetos de pequena escala de florestamento ou reflorestamento no âmbito do MDL, segundo Decisão 19/CP.9 (parágrafo 1, inciso i, do Anexo desta decisão):

“Atividades de projetos de pequena escala de florestamento ou reflorestamento no âmbito do MDL” são as atividades que devem gerar remoções antrópicas líquidas de gases de efeito estufa por sumidouros inferiores a oito quilotoneladas de CO₂ por ano e que são desenvolvidas ou implementadas por comunidades e pessoas de baixa renda, conforme determinado pela Parte anfitriã. Se uma atividade de projeto de pequena escala de florestamento ou reflorestamento no âmbito do MDL gerar remoções antrópicas líquidas de gases de efeito estufa por sumidouros superiores a oito quilotoneladas de CO₂ por ano, as remoções excedentes não serão aceitas para a emissão de RCEts (RCEs temporárias) ou RCEls (RCEs de longo prazo)”.

Após várias ponderações sobre o tema abordado, os membros decidiram pelos seguintes encaminhamentos:

- i) estabelecer um grupo de trabalho (GT) para analisar previamente as informações decorrentes desta reunião e trazer subsídios mais definidos para a 102ª Reunião Ordinária da CIMGC. O GT será formado pelos representantes do MCTIC, MMA, MAPA, MF e demais ministérios que queiram participar;
- ii) o representante do MCTIC irá consultar a CONJUR/MCTIC sobre a legalidade de a AND brasileira propor, por meio de Resolução, uma definição de comunidade de baixa renda para o MDL diferente daquela estabelecida no Art. 4º do Decreto 6135/2007;
- iii) o representante do MCTIC irá consultar a equipe de inventário da CGCL/MCTIC se o limite de oito quilotoneladas pode trazer elementos para subsidiar a CIMGC quanto a definição de baixa renda;
- iv) o representante do MMA buscará informações, na medida do possível, sobre as condições econômicas e sociais dos produtores de carvão vegetal que demandaram a alteração de definição de baixa renda adotado pela CIMGC;
- v) o representante do MAPA convidará profissional da área florestal do MAPA com experiência em comunidades de baixa renda para subsidiar o GT;
- vi) a reunião do GT deverá ocorrer antes de 30 de novembro de 2017 e será agendada pela secretaria executiva da CIMGC tão logo os integrantes do GT informem que já dispõem das informações acima listadas.

4. Solicitação de apoio da CIMGC, na qualidade da Autoridade Nacional Designada, para interceder junto ao Conselho Executivo do MDL por meio de encaminhamento de recurso contra rejeição de registro à atividade de projeto denominada Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas: São Pedro, Carangola, Calheiros, São Simão, Funil, São Joaquim, Fumaça IV, Jataí, Irara, Bonfante, Monte Serrat, Santa Fé, doravante chamados de grupo (agrupamento).

A Secretária Executiva da CIMGC fez um breve relato aos membros sobre a intenção da Eletrobras em encaminhar, via AND, recurso ao Conselho Executivo do MDL (EB, na sigla em inglês) a respeito da rejeição de registro da atividade de projeto acima citada. Informou que o proponente encaminhou à CIMGC o documento do EB contendo as

razões que motivaram a rejeição do registro e um documento de contestação da Eletrobrás à rejeição; solicitando o envio da contestação ao EB via AND. Em seguida, o representante do MME fez um relato mais detalhado sobre o assunto. Esclareceu, após ser questionado, que a atuação da AND no encaminhamento da contestação seria apenas para dar mais legitimidade ao pleito da Eletrobrás. A Comissão, após analisar o pleito decidiu por solicitar ao proponente a realização de ajustes pontuais no texto das páginas 4 e 6 da contestação e posterior envio do documento nas versões em português e inglês para a secretaria executiva da CIMGC que tomará as providências necessárias para o envio ao EB.

Dando seguimento à reunião, o representante do MCTIC, perguntou aos presentes se alguém gostaria de fazer mais alguma ponderação e, não tendo havido manifestação, ele declarou encerrada a 101ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.